



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO WALTER

COMUNICAÇÃO INTERNA

Sr. Presidente

Robson Rodrigues de Oliveira Lima

Com os cumprimentos de estilo, solicitamos de V. Ex. ^a AUTORIZAR a Aquisição de Material Permanente, 03 armários/prateleiras em madeira de lei obedecendo as seguintes medidas: Armário/prateleira em madeira de lei, medindo 2,30m de largura, por 2,20m de altura, com 40 cm de profundidade; Armário/prateleira em madeira de lei, medindo 2,90m de largura, por 90 cm de altura, com 40 cm de profundidade; Armário/prateleira em madeira de lei, medindo 1,70m de largura, por 90 cm de altura, com 40 cm de profundidade para atender a demanda da Secretaria deste legislativo na organização e arquivamento das documentações.

Justifica-se,

A contratação, que demandará do presente processo, justifica-se em função da necessidade da aquisição de 03 (três) armários/prateleira para atender a demanda da Secretaria deste legislativo, devido a mesma não dispor de espaços adequados para organização e arquivamento de documentos.

Ainda, após pesquisa realizada pelo setor de administração e, dada a aferição do valor a ser contratado, solicitamos que seja providenciado procedimento de dispensa de licitação para contratação em epígrafe, tendo em vista a fundamentação legal no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/01, conforme segue:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

Frisamos que é mais vantajoso para esta Câmara essa dispensa, a um eventual procedimento licitatório, uma vez que o quantitativo solicitado atende a demanda do exercício e se enquadra dentro do valor legal permitido, ainda, o custo para a realização de uma licitação é muito alto para a administração, sem contar a morosidade que um procedimento licitatório emana.

Ressaltamos que a lei estabelece ser dispensável a licitação, segundo uniforme doutrina, em razão do valor do objeto a ser contratado. Os custos do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade, que deve nortear os atos administrativos;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO WALTER

Observa-se, ainda, que o reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público, pela prevalência do segundo;

Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assevera:

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública”.

Pelo exposto, justificamos a dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/01, tendo em vista que o interesse público é a finalidade única da Administração.

Diante do exposto, apresentamos a proposta mais vantajosa pelo critério de menor preço, como sendo da Empresa **ROSMILDE VIRGINIO DE ALMEIDA 35944625287**, inscrita no **CNPJ nº 14.531.030/0001-39**, situada na Rua Cláudio Bezerra dos Santos, nº 280, Centro de Porto Walter – Acre, com o valor total de **RS 6.440,00** (seis mil quatrocentos e quarenta reais), conforme proposta descrita em anexo.

Pede e espera deferimento.

Porto Walter/AC, 08 de março de 2022.

JOSÉ FRANCISCO NUNES DA SILVA
Controlador Interno